

PROJETO DE LEI N° ______507/2020

AUTORA: Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis - 2ª Vice Presidente.

Dispõe sobre obrigatoriedade da empresa contratada pela Administração Pública Estadual apresentar relação contendo o nome de todos os sócios.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art. 1º Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sóciosproprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

Parágrafo único. A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

- I Relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física
 (CPF);
- II Endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;
- III Foto da fachada da sede da empresa; e
- IV Extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

social.





Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de novembro de 2020.

Dra. Mayara Pinheiro Reis

Deputada- PP

2º Vice Presidente







JUSTIFICATIVA

A proposição em tela tem por objetivo tornar obrigatória a divulgação de informações dos contratos celebrados por todos os órgãos e Poderes da Administração Pública estadual, em homenagem ao principio da publicidade dos atos praticados, em conformidade com o disposto no inciso XXXIII do artigo 5º e no inciso II do parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição Federal, os quais asseguram a qualquer cidadão o direito de acesso à informação.

Nessa linha, a Lei Federal n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), em seu artigo 6º, inciso I, dispõe:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

Ainda, é importante salientar que muitas empresas participantes dos processos licitatórios são instrumentalizadas por grupos visando a manipular o certame, sendo juridicamente constituídas por laranjas, não raro tendo endereços fantasmas. Diante disso, é fundamental a ampla e irrestrita divulgação da identidade dos contratados pela Administração Pública.

Neste sentido, apresentamos o presente Projeto de Lei como mais um instrumento para o controle da Administração Pública.





Pelos motivos aqui expostos, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de novembro de 2020.

Dra. Mayara Pinheiro Reis

Deputada- PP

2º Vice Presidente



